



## OPINIÃO

## Ganhar os mercados, perder o País



**Domingues de Azevedo**

Bastonário da  
Ordem dos Técnicos  
Oficiais de Contas

Foram anunciadas para o mês de fevereiro as grandes decisões do governo sobre a denominada «refundação» do Estado. Aguarda-se, por isso, com tremenda expectativa pelo “cardápio” de medidas que os responsáveis políticos vão escolher, previsivelmente para compensar o desvio na execução orçamental estimada para o primeiro trimestre de 2013.

O relatório com sugestões encomendado ao FMI serviu mais para aquecer o debate e semear a polémica e a confusão, do que para esclarecer.

Em artigos anteriores, já alertámos para os sérios riscos de eventuais cortes cegos na estrutura do Estado, seja no setor da saúde, na educação ou na justiça, porventura os socialmente mais sensíveis. Pode revelar-se devastador, pretender eliminar gorduras e cortar músculo. Ainda as medidas não foram reveladas e as notícias que são amplificadas pela comunicação social são, no mínimo, inquietantes. Estudantes afastados do sistema de ensino por não terem dinheiro para propinas, cidadãos que evitam, mesmo necessitando, recorrer a uma urgência hospitalar por manifesta indisponibilidade financeira e casos de pobreza, fome e desigualdades crescentes, minimizadas pelo inestimável papel amortecedor de muitas instituições de solidariedade social. O que acontecerá com mais restrições orçamentais? Ninguém sabe.

É na confiança cega nos comportamentos neoliberais e na irracionalidade e incerteza que caracterizam os mercados que este governo apostou o seu crédito político e a capacidade para resolver os problemas quotidianos. Perdoar-me-ão os apologistas da redenção pelos mercados, mas não creio que este regresso resgate o País da gradual falência social e económica em que se afunda.

O governo ganhou os mercados, mas poderá ter perdido o povo. E sabe disso. E a animosidade será ainda maior se for aprofundada a sensação de que os sacrifícios de pouco ou nada serviram. E o pior é que as dificuldades estão para durar, sem fim à vista.

A maior carga fiscal aplicada – a maior de que há memória – representa um novo marco numa noção de humanidade que, definitivamente, se perdeu. Com as taxas atualmente em vigor, não tenho pejo em afirmar, que estamos perante uma situação típica de abuso, desvirtuando por completo o que é a essência da fiscalidade. O que presentemente se obriga os contribuintes a pagar já não é um tributo, entendido este como um meio usado para o contribuinte suportar as despesas de uma sociedade em que ele se insere, mas sim quantias que vão muito para além daquele princípio, cuja origem muitas vezes se sustenta em comportamentos ilegais que outros têm que pagar.

O caso das responsabilidades mal explicadas do recém-nomeado secretário de Estado no caso BPN veio avivar o trauma sobre esta sigla maldita que traz uma gigantesca fraude que acabou por sobrar para todos os portugueses. Ainda hoje todos nos perguntamos, por que razão temos de pagar os desvarios de um banco, já para não falar de outros exemplos de má gestão nas contas públicas? É isto que o cidadão comum, que acata os sacrifícios que lhes são impostos, não pode compreender, por mais engenhosas que sejam as explicações. ■